

RECURSO ESPECIAL Nº 1.848.882 - SP (2019/0342471-5)

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
RECORRENTE : BRUNO VINÍCIUS DOS SANTOS
RECORRENTE : KAUÊ AUGUSTO DOS SANTOS
RECORRENTE : LUZIA LEANDRO DOS SANTOS
RECORRENTE : MARISTELA FERREIRA DOS SANTOS
RECORRENTE : MARCIA APARECIDA FERREIRA DOS SANTOS
ADVOGADO : VICENTE BORGES DA SILVA NETO - SP106265
RECORRIDO : CHOU TZONG CHING
ADVOGADO : HEDIO SILVA JUNIOR - SP146736

DECISÃO

Cuida-se de recurso especial interposto por LUZIA LEANDRO DOS SANTOS, KAUÊ AUGUSTO DOS SANTOS, BRUNO VINÍCIUS SANTOS, MARCIA APARECIDA FERREIRA DOS SANTOS E MARISTELA FERREIRA DOS SANTOS com fundamento nas alíneas *a* e *c* do inciso III do art. 105 da Constituição Federal, desafiando acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado (e-STJ, fl. 141):

Acidente de trânsito envolvendo Tempira, Gol e moto.
Motorista tido como embriagado, "tirando racha", com morte de filhas e mãe das partes. Cumprimento o c de sentença. Decisão atacada que indeferiu o pedido o dos agravantes de suspensão da Carteira Nacional de Habilitação (salvo se isso tivesse sido determinado judicialmente) e bloqueio do passaporte, ante a ausência de previsão legal.
Afronta a direitos constitucionalmente assegurados. Restrições que, em princípio, não trariam benefício pecuniário à pretensão executiva. Mantida ponderada decisão monocrática. Nega-se provimento ao agravo dos autores, tudo nos estreitos limites do recurso.

Opostos embargos de declaração, esses foram rejeitados (e-STJ, fls. 157-164).

Em suas razões recursais (e-STJ, fls. 168-181), sustenta a parte recorrente a existência de violação ao art. 139, IV, do Código de Processo Civil de 2015, sob o argumento de que devem ser aplicadas medidas coercitivas atípicas para a satisfação do seu crédito, quais sejam, apreensão do passaporte e da carteira de habilitação do recorrido.

Aponta, ainda, divergência jurisprudencial sobre o tema.

Sem contrarrazões.

Admitido o processamento do recurso na origem, consoante decisão de fls. 205-207 (e-STJ), ascenderam os autos a esta Corte.

É o relatório.

Decido.

O presente recurso merece prosperar.

1. O Tribunal de origem, no presente caso, entendeu que as medidas pretendidas pela recorrente não se prestam ao pagamento do débito, porquanto o devedor não pode

responder por suas obrigações com sua liberdade pessoal. É o que se constata da leitura do seguinte excerto do julgado (e-STJ, fl. 142-143):

Guerreia o exequente a decisão monocrática que indeferiu seus pedidos para bloqueio da CNH do executado, bem como do passaporte, tudo, com o fito de obrigar o recorrido a indicar bens passíveis de penhora para garantia da execução.

Ora, a medida coercitiva perseguida não corresponde com o processo executório, aliás, sequer se presta concretamente a alcançar o fim almejado, isto é, a quitação do débito.

Não se desconhece que o art. 139, IV, do NCPC que autoriza o Juízo, dentro do seu poder geral de cautela, determinar todas as medidas indutivas, coercitivas, mandamentais ou sub-rogatórias necessárias para assegurar o cumprimento de ordem judicial.

Contudo, não se pode deferir medidas judiciais que violem os dispositivos processuais já existentes.

Nos termos do art. 789, do CPC/15:

"O devedor responde com todos os seus bens presentes e futuros para o cumprimento de suas obrigações, salvo as restrições estabelecidas em lei". (g.n.)

Logo, o credor deve buscar a satisfação do seu crédito pleiteando medidas destinadas a alcançar o patrimônio do devedor, **não havendo que se falar em cumprimento das suas obrigações através de restrição da liberdade pessoal do mesmo.**

Com efeito, a suspensão da CNH (salvo se determinada judicialmente no processo principal) violaria o direito de locomoção assegurado constitucionalmente (art. 5º inc. XV, da Constituição Federal), **e não há indicativo de que a imposição desta restrição traria benefício pecuniário à pretensão executiva.**

Com efeito, da leitura do acórdão recorrido, constata-se que a Corte estadual não se manifestou sobre a razoabilidade e proporcionalidade das medidas requeridas, tendo utilizado como fundamentos tão somente (i) o fato de que a execução deve atingir o patrimônio, e não a pessoa do devedor, e (ii) que as restrições requeridas não trariam benefício pecuniário aos recorrentes.

Entretanto, na contramão do entendimento consignado no acórdão recorrido, **a jurisprudência desta Corte Superior, em consonância com o disposto no Código de Processo Civil de 2015, firmou-se no sentido do cabimento das medidas atípicas de satisfação do crédito, desde que não extrapolem os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, devendo-se observar, ainda, o princípio da menor onerosidade ao devedor, não sendo admitida a utilização do instituto como penalidade processual.**

Nesse sentido, confira-se:

RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. CHEQUES. VIOLAÇÃO DE DISPOSITIVO CONSTITUCIONAL. DESCABIMENTO. MEDIDAS EXECUTIVAS ATÍPICAS. ART. 139, IV, DO CPC/15. CABIMENTO. DELINEAMENTO DE DIRETRIZES A SEREM OBSERVADAS PARA SUA APLICAÇÃO.

(...)

4. O Código de Processo Civil de 2015, a fim de garantir maior celeridade e efetividade ao processo, positivou regra segundo a qual incumbe ao juiz determinar todas as medidas indutivas, coercitivas, mandamentais ou sub-rogatórias necessárias para assegurar o cumprimento de ordem judicial, inclusive nas ações que tenham por objeto prestação pecuniária (art. 139, IV).

5. A interpretação sistemática do ordenamento jurídico revela, todavia, que tal previsão legal não autoriza a adoção indiscriminada de qualquer medida executiva, independentemente de balizas ou meios de controle efetivos.

6. De acordo com o entendimento do STJ, as modernas regras de processo, ainda respaldadas pela busca da efetividade jurisdicional, em nenhuma circunstância poderão se distanciar dos ditames constitucionais, apenas sendo possível a implementação de comandos não discricionários ou que restrinjam direitos individuais de forma razoável. Precedente específico.

7. A adoção de meios executivos atípicos é cabível desde que, verificando-se a existência de indícios de que o devedor possua patrimônio expropriável, tais medidas sejam adotadas de modo subsidiário, por meio de decisão que contenha fundamentação adequada às especificidades da hipótese concreta, com observância do contraditório substancial e do postulado da proporcionalidade.

8. Situação concreta em que o Tribunal a quo indeferiu o pedido do recorrente de adoção de medidas executivas atípicas sob o fundamento de que não há sinais de que o devedor esteja ocultando patrimônio, mas sim de que não possui, de fato, bens aptos a serem expropriados.

9. Como essa circunstância se coaduna com o entendimento propugnado neste julgamento, é de rigor - à vista da impossibilidade de esta Corte revolver o conteúdo fático-probatório dos autos - a manutenção do aresto combatido.

RECURSO ESPECIAL PARCIALMENTE CONHECIDO E NÃO PROVIDO.

(REsp 1788950/MT, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 23/04/2019, DJe 26/04/2019)

RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. MEDIDAS COERCITIVAS ATÍPICAS. CPC/2015. INTERPRETAÇÃO CONSENTÂNEA COM O ORDENAMENTO CONSTITUCIONAL. SUBSIDIARIEDADE, NECESSIDADE, ADEQUAÇÃO E PROPORCIONALIDADE. RETENÇÃO DE PASSAPORTE. COAÇÃO ILEGAL. CONCESSÃO DA ORDEM. SUSPENSÃO DA CNH. NÃO CONHECIMENTO.

(...)

3. O CPC de 2015, em homenagem ao princípio do resultado na execução, inovou o ordenamento jurídico com a previsão, em seu art. 139, IV, de medidas executivas atípicas, tendentes à satisfação da obrigação exequenda, inclusive as de pagar quantia certa.

4. As modernas regras de processo, no entanto, ainda respaldadas pela busca da efetividade jurisdicional, em nenhuma circunstância, poderão se distanciar dos ditames constitucionais, apenas sendo possível a implementação de comandos não discricionários ou que restrinjam direitos

individuais de forma razoável.

5. Assim, no caso concreto, após esgotados todos os meios típicos de satisfação da dívida, para assegurar o cumprimento de ordem judicial, **deve o magistrado eleger medida que seja necessária, lógica e proporcional**. Não sendo adequada e necessária, ainda que sob o escudo da busca pela efetivação das decisões judiciais, será contrária à ordem jurídica.

6. Nesse sentido, para que o julgador se utilize de meios executivos atípicos, a decisão deve ser fundamentada e sujeita ao contraditório, demonstrando-se a excepcionalidade da medida adotada em razão da ineficácia dos meios executivos típicos, sob pena de configurar-se como sanção processual.

(...)

12. Recurso ordinário parcialmente conhecido.

(RHC 97.876/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 05/06/2018, DJe 09/08/2018)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSO CIVIL. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. MEDIDAS SATISFATIVAS DO CRÉDITO PERSEGUIDO DEVEM SER RAZOÁVEIS E PROPORCIONAIS, PARA QUE SEJAM MENOS GRAVOSAS AO DEVEDOR E MAIS EFICAZES. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 83/STJ. PRECEDENTE. OBSERVÂNCIA DO PRINCÍPIO DA MENOR ONEROSIDADE DA EXECUÇÃO EM FACE DAS CIRCUNSTÂNCIAS DO CASO CONCRETO. REVOLVIMENTO DE CONTEÚDO FÁTICO-PROBATÓRIO. APLICAÇÃO DA SÚMULA 7/STJ. AGRAVO DESPROVIDO.

1. É assente a cognição jurisprudencial deste Sodalício no sentido de que as medidas de satisfação do crédito perseguido em execução não podem extrapolar os liames de proporcionalidade e razoabilidade, de modo que contra o executado devem ser adotadas as providências menos gravosas e mais eficazes. Precedente.

2. No caso em exame, o Tribunal de origem, analisando o acervo fático-probatório dos autos, concluiu que os pedidos formulados pelo exequente, de suspensão de passaporte, de suspensão da CNH e de cancelamento dos cartões de crédito e débito, seriam excessivamente gravosos aos executados e desproporcionais à obrigação de pagamento do débito, mormente considerando que, no caso, o Juízo a quo já deferira medida adequada a compelir os devedores ao adimplemento, determinando inclusão de seus nomes nos cadastros de proteção ao crédito. A revisão de tal entendimento, na via estreita do recurso especial, sobretudo para perquirir a adequada aplicação do princípio da menor onerosidade no caso concreto, encontra óbice na Súmula 7 do STJ.

3. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 1283998/RS, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 09/10/2018, DJe 17/10/2018)

Nesse contexto, considerando a impossibilidade de esta Corte Superior adentrar as circunstâncias fático-probatórias para analisar a proporcionalidade e a razoabilidade das medidas executivas requeridas, é necessário o retorno dos autos para que se proceda a novo

exame da questão, analisando as particularidades do caso concreto.

No mesmo sentido, colhe-se:

RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE COMPENSAÇÃO POR DANO MORAL E REPARAÇÃO POR DANO MATERIAL. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. QUANTIA CERTA. MEDIDAS EXECUTIVAS ATÍPICAS. ART. 139, IV, DO CPC/15. CABIMENTO. DELINEAMENTO DE DIRETRIZES A SEREM OBSERVADAS PARA SUA APLICAÇÃO.

1. Ação distribuída em 10/6/2011. Recurso especial interposto em 25/5/2018. Autos conclusos à Relatora em 3/12/2018.

2. O propósito recursal é definir se, na fase de cumprimento de sentença, a suspensão da carteira nacional de habilitação e a retenção do passaporte do devedor de obrigação de pagar quantia são medidas viáveis de serem adotadas pelo juiz condutor do processo.

3. O Código de Processo Civil de 2015, a fim de garantir maior celeridade e efetividade ao processo, positivou regra segundo a qual incumbe ao juiz determinar todas as medidas indutivas, coercitivas, mandamentais ou sub-rogatórias necessárias para assegurar o cumprimento de ordem judicial, inclusive nas ações que tenham por objeto prestação pecuniária (art. 139, IV).

4. A interpretação sistemática do ordenamento jurídico revela, todavia, que tal previsão legal não autoriza a adoção indiscriminada de qualquer medida executiva, independentemente de balizas ou meios de controle efetivos.

5. De acordo com o entendimento do STJ, as modernas regras de processo, ainda respaldadas pela busca da efetividade jurisdicional, em nenhuma circunstância poderão se distanciar dos ditames constitucionais, apenas sendo possível a implementação de comandos não discricionários ou que restrinjam direitos individuais de forma razoável. Precedente específico.

6. A adoção de meios executivos atípicos é cabível desde que, verificando-se a existência de indícios de que o devedor possua patrimônio expropriável, tais medidas sejam adotadas de modo subsidiário, por meio de decisão que contenha fundamentação adequada às especificidades da hipótese concreta, com observância do contraditório substancial e do postulado da proporcionalidade.

7. Situação concreta em que o Tribunal a quo indeferiu o pedido do exequente de adoção de medidas executivas atípicas sob o singelo fundamento de que a responsabilidade do devedor por suas dívidas diz respeito apenas ao aspecto patrimonial, e não pessoal.

8. Como essa circunstância não se coaduna com o entendimento propugnado neste julgamento, é de rigor - à vista da impossibilidade de esta Corte revolver o conteúdo fático-probatório dos autos - o retorno dos autos para que se proceda a novo exame da questão.

9. De se consignar, por derradeiro, que o STJ tem reconhecido que tanto a medida de suspensão da Carteira Nacional de Habilitação quanto a de apreensão do passaporte do devedor recalcitrante não estão, em abstrato e de modo geral, obstadas de serem adotadas pelo juiz condutor do processo executivo, devendo, contudo, observar-se o preenchimento dos pressupostos ora assentados. Precedentes. RECURSO ESPECIAL PROVIDO. (REsp 1782418/RJ, Rel.

Superior Tribunal de Justiça

Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em
23/04/2019, DJe 26/04/2019) [grifou-se]

4. Do exposto, com fundamento no art. 932 do Novo Código de Processo Civil c/c Súmula 568/STJ, **dou provimento** ao recurso especial para determinar o retorno dos autos ao Tribunal de origem a fim de que proceda ao reexame da questão à luz da jurisprudência desta Corte.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator